



Filosofia
Teologia

PERDÃO E SAÚDE: TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Forgiveness and health: tensions between memory and forgetfulness

Andréa Lima do Vale Caminha
LABORE / EPSI

*Artigo recebido e aceito
em 25 de outubro de 2014*

RESUMO

A questão que queremos investigar é saber em que medida a relação passado-presente-futuro, marcada por recordações traumáticas, não exigiria o ato de perdoar como forma de se alcançar a cura dessas recordações? Nosso ponto de partida para tratar dessa questão foi o texto *O perdão pode curar?*, de Paul Ricoeur, filósofo e estudioso da Psicanálise. Ricoeur afirma que a atitude de não perdoar nos faz ficar doentes. Na nossa compreensão, quando se perdoa, não se está esquecendo, mas eliminando-se uma dívida por meio de uma atitude generosa de ressignificar os fatos do passado que não se pode mudar, mas lhe atribuir um novo sentido. Dessa maneira, o perdão é libertador, pois ele é cura para a memória, que pode ser encarada não apenas como uma ferramenta de guardar dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re) significar ou (re) criar o passado.

Palavras-chave: Perdão. Saúde. Memória

ABSTRACT

The question we want to investigate is to what extent the relationship past-present-future, marked by traumatic memories, would not require the act of forgiveness as a way to achieve healing of these memories. Our starting point to address this issue was the text *Forgiveness can heal?*, of the philosopher and scholar of Ppsychoanalysis, Ricoeur: Ricoeur says that the attitude of not forgiving makes us get sick. In our understanding, when you forgive, you are not forgetting, but eliminating debt through a generous attitude to reframe the facts of the past that cannot be changed, giving it a new meaning. Thus, forgiveness is liberator because it is healing for the memory, which can be seen not only as a tool to store mnemonic data, but mainly as an ability to (re) define and (re) create the past.

Keywords: Forgiveness. Health. Memory

A temática do “Perdão” tem nos atraído nos últimos tempos e, para atender a nossa inquietação, fomos investigar esse tema no sentido de compreender melhor como se processa a atitude de perdoar do ponto de vista psíquico, mas precisamente no âmbito da teoria psicanalítica. Nosso ponto de partida foi o texto *O perdão pode curar?*, de Paul Ricoeur, filósofo e estudioso da Psicanálise. Ricoeur (2012) afirma que o ato de não perdoar nos faz ficar doentes. Para buscar a saúde por meio do perdão, segundo ele, é preciso instaurar um trabalho na região da memória que se continua na região do esquecimento. Nesse sentido, ele compreende a falta de perdão como uma das doenças da memória. Aquele que não perdoa está com sua memória doente. Então, o perdão é um canal de cura na escuridão dos traumas, das feridas e da vulnerabilidade humana.

O que mais motivou Ricoeur a pensar a temática do perdão, através da memória, foi sua intrigante observação sobre a formação da memória compartilhada entre povos. Ele destaca, como exemplo desse tipo de memória, a integração de recordações traumáticas vividas por povos que vivenciaram períodos de guerra.

Para falar sobre a constituição dessa memória compartilhada, Ricoeur faz uma reflexão entre a formação desse tipo de memória e os povos traumatizados pelas guerras. Tais povos, analisa ele, sofre uma espécie de memória “demasiada”, tanto do ponto de vista da humilhação sofrida como das glórias conquistadas, e sobre outros que padecem de uma “falta de memória”, motivada por uma fuga do passado. É identificado, nesse momento, dois tipos de memórias: a memória excessiva e a memória escassa.

Entretanto, no desenvolvimento de sua investigação, o autor constrói um único sentido para a noção de memória. Ele recoloca a duplicidade da memória num quadro de uma unidade dialética, abrangendo o passado, o presente e o futuro. Portanto, o perdão não está apenas ligado ao passado, mas à conexão passado-presente-futuro, ou em outros termos, memória-esquecimento-perdão. Nesse sentido, a questão levantada por nós é saber em que medida toda relação passado-presente-futuro, marcada por recordações traumáticas, não exigiria o ato de perdoar como forma de se alcançar a cura dessas recordações?

Para pensar a memória num sentido mais amplo, englobando a conexão passado-presente-futuro, Ricoeur recorre às noções de “espaço de experiência” e de “horizonte de espera”, propostas por Koselleck. A primeira diz respeito às heranças, que formam os traços sedimentados do passado, constituídos pelos nossos desejos, temores, previsões, projetos e antecipações. A segunda é o fundo que dá sustentação a esses traços sedimentados do passado. Ricoeur observa que não há espaço de experiência que não seja polarizado com um horizonte de espera. Ele destaca que é o presente vivo responsável pelas permutas entre o espaço de experiência e o horizonte de espera.

Em busca de resolver o enigma da constituição de um único sentido de memória compartilhada, no lugar de se conceber duas memórias distintas, uma do excesso e outra da falta, Ricoeur recorre ainda ao conceito de compulsão à repetição, proposto por Freud (1976a) em seu texto *Recordar, Repetir e Elaborar*. Ele afirma que, nesse texto, Freud designa a compulsão à repetição como um obstáculo para a cura psicanalítica e, sobretudo, para o trabalho de interpretação. O paciente fica repetindo no lugar de se lembrar. Segundo Ricoeur, Freud aponta para o trabalho de memória como forma de se alcançar uma espécie de reconciliação com o recalçado.

Entretanto, o trabalho de memória do qual Freud (1976a) se refere tem um sentido terapêutico com base na clínica psicanalítica, que não foi explorado neste texto por Ricoeur. A tarefa da análise é então levar o paciente a descobrir, a partir das suas associações livres, o que ele deixa de recordar. Por outro lado, Freud, concebe que a arte da interpretação deveria ser usada, sobretudo, para identificar as resistências e torná-las conscientes ao paciente. O trabalho da psicanálise é fazer falar o afeto.

Na concepção de Freud há uma divisão de trabalho no processo psicanalítico que consiste em o analista servir como canal de revelação das resistências às situações e vinculações esquecidas, que são desconhecidas ao paciente e a este cabe-lhe o desafio de elucidá-las e vencê-las. Trata-se de preencher lacunas na memória e vencer as resistências, constituídas sob a forma de repetição dos conflitos infantis. Em outros termos, substituir a neurose comum por uma neurose de transferência, definida como a transferência do conflito psíquico para a situação analítica.

Desse modo, Freud compreende que o processo de análise deve produzir uma neurose de transferência, visando conferir um novo significado aos sintomas do sofrimento psíquico. Ele concebe a neurose de transferência como um elemento positivo e indispensável para o trabalho psicanalítico.

Nesse sentido, o analista deve instaurar um manejo transferencial capaz de manter na esfera psíquica todos os impulsos que o paciente gostaria de dirigir para esfera motora, que são as repetições desprovidas de elaboração. Podemos dizer, nesse caso, que o paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu ou reprimiu, mas expressa o esquecido e o reprimido por meio da atuação. Todo o trabalho psicanalítico consiste, segundo Laplanche e Pontalis (2001), em transformar a neurose clínica em neurose transferencial que, elucidada na análise, pode se chegar à descoberta da neurose infantil.

Por outro lado, a compulsão à repetição diz respeito à repetição recorrente e insistente do conflito psíquico recalçado sem trilhar pelos caminhos da elaboração. O que importa a Freud neste momento é desvendar a relação desta compulsão à repetição com a transferência e com a resistência. É percebido rapidamente que a transferência é, ela própria, apenas um

fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido, não apenas para o analista, mas também para todos os outros aspectos da situação atual.

A compulsão à repetição é reveladora de um conflito psíquico que se manifesta de maneira intensa na análise, mas necessita ser elaborada psicologicamente para se alcançar uma resignificação do conflito instaurado. A ausência dessa elaboração perpetua o mecanismo de repetição impedindo a cura psicanalítica.

A noção de compulsão à repetição é, para Ricoeur, esclarecedora para se compreender a constituição de uma única memória compartilhada. Segundo ele, a mesma compulsão à repetição, que produz um excesso de memória, produz também a escassez da mesma. O trabalho da memória corresponde, na nossa situação histórica, ao que Ricoeur chama de uso crítico da memória.

O autor usa esse termo para designar a ação de uma perspectiva futura com a apreensão do passado, encontrando um apoio crítico no esforço de narrar o passado de uma maneira resignificada. Os acontecimentos fundadores da experiência pessoal podem ganhar um novo sentido a partir desse uso crítico, que exige um trabalho de memória. O uso crítico da memória se constitui por meio da narrativa, quando a memória é levada à linguagem. Ele entende por narrativa toda a arte de contar, e é por meio dela, que se exerce, primeiramente, o trabalho de memória. A partir do momento em que se vai narrar a outrem as histórias do passado, o narrador toma uma série de cuidados para considerar também o ponto de vista do outro. A narrativa assume, assim, uma importância decisiva quando os acontecimentos fundadores do passado fazem parte de uma memória comum. Sendo neste campo da memória comum que a compulsão à repetição oferece a maior resistência e torna mais difícil o trabalho de memória.

Nesse momento, Ricoeur (2012) retoma suas reflexões sobre a memória num sentido mais amplo, englobando a conexão passado-presente-futuro, pondo em questão a crença de que somente o futuro é indeterminado e aberto, enquanto o passado é determinado e fechado. Não temos dúvidas de que os fatos do passado são inapagáveis, bem como não podem ser desfeitos. Entretanto, o sentido dado aos fatos do passado pode ser modificado. Do ponto de vista do sentido, os acontecimentos do passado podem ser abertos a novas interpretações e podem trazer uma reviravolta nos projetos que tem o efeito de “acertos de contas”. O que pode ser alterado dos acontecimentos do passado é a carga moral ou seu peso de dívida sobre o futuro e o presente.

Assim, é no contexto de livrar-se do peso da dívida que o perdão nos abre uma perspectiva de libertação. Aquele que perdoa lembra-se dos fatos passados de forma transformada, não mais com o peso de uma dívida a ser paga, mas de uma maneira resignificada. É, pois, com a carga moral

transformada e a anulação do peso da dívida, que podemos projetar-nos para o futuro no horizonte de esperança. Desse modo proposto, o trabalho de memória pode conduzir a via do perdão, na medida em que ele possibilita a libertação da dívida a ser paga.

Para Ricoeur, a ação retroativa, visando o futuro com base na apreensão do passado, encontra um apoio crítico no esforço de narrar o passado de uma maneira ressignificada. Os acontecimentos fundadores da experiência pessoal ou comunitária podem ganhar um novo sentido a partir do uso crítico da memória, que exige um trabalho de memória gerando uma atitude de perdão.

Partindo do pressuposto de que toda memória é seletiva, não existindo memória sem esquecimento. Todo narrador seleciona, entre os acontecimentos narrados, aqueles que parecem mais significativos para a história que se conta. O esquecimento coloca, por outro lado, problemas específicos que não se reduzem à função seletiva da memória. Com base em Freud, Ricoeur observa que a compulsão à repetição substitui o aparecimento da lembrança, interrompendo a recordação. É sobre essa compulsão à repetição que se poderia implantar o esquecimento de fuga, que faz do esquecimento passivo-ativo um empreendimento perverso.

Dessa maneira, compreendemos que é possível estabelecer uma aproximação entre a compulsão à repetição e o esquecimento de fuga na medida em que ambos colaboram para um bloqueio das elaborações psíquicas criativas, capazes de ressignificar os acontecimentos do passado. Porém, vale ressaltar que o processo psicanalítico como a atitude de perdoar exige da pessoa um trabalho de psíquico.

Portanto, contrariamente ao esquecimento de fuga, é preciso elaborar o esquecimento ativo, libertador, que seria como que a contra partida e o complemento do trabalho de memória. Ricoeur pretende, nesse momento, aproximar a noção freudiana de trabalho de memória a uma outra noção, que é a do trabalho de luto, desenvolvida no ensaio *Luto e Melancolia*. O trabalho de luto, nos diz Freud, consiste em desligar-nos por graus do objeto de amor, que também é objeto de ódio, até o ponto em que poderá ser de novo interiorizado, num movimento de reconciliação semelhante ao que ocorre no trabalho de memória.

Em *Luto e Melancolia* (1976b), Freud descreve que o luto é, de uma maneira geral, a reação à perda de um ente querido ou a perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido. Em algumas pessoas, as mesmas influências produzem melancolia em vez de luto. Freud suspeita que essas pessoas possuam uma disposição patológica. É importante perceber que, embora o luto envolva graves afastamentos daquilo que constitui a atitude normal para com a vida, para ele jamais ocorre considerá-lo como sendo uma condição patológica que necessita de tratamento médico.

Os traços mentais da melancolia são identificados como um forte desânimo, perdas do interesse pelo mundo externo e da capacidade de amar. A melancolia pode levar o indivíduo à inibição de toda e qualquer atividade, bem como uma diminuição dos sentimentos de autoestima. Todas essas características são também atributos do luto, entretanto a perda do autoamor é a marca peculiar da melancolia.

O luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra um estado de espírito penoso. Todavia, o luto é sempre considerado um elemento de passagem vivido pelo Eu, enquanto a melancolia é marcada por uma estagnação ou paralisação das elaborações do Eu.

É interessante constatar que a inibição do Eu é expressão de uma exclusiva devoção do luto, atitude, que para Freud não parece patológica. No trabalho de luto, o trauma causado por uma dada circunstância ou por uma pessoa que provocou sofrimento e dor efetivamente não existe mais; entretanto, a pessoa que sofreu o dano continua sofrendo a dor como se a situação traumática continuasse de fato existindo.

Já na melancolia, há uma perda objetal gerando uma inércia que imobiliza o Eu. Nesse caso, os traços do luto, excessivamente, se prolongam sem encontrar caminhos para elaboração, sendo possível então constatar um empobrecimento do Eu em grande escala. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu. O melancólico representa seu Eu como sendo desprovido de valor, incapaz de qualquer realização e moralmente desprezível. Somam-se a esse quadro de moral desprezível comportamentos de insônia e de recusa a se alimentar, indispensáveis para preservação da vida. A melancolia acaba gerando um luto patológico.

Para Freud (1976b), o luto exige do Eu um trabalho de elaboração, que consiste em deixar o passado para trás e abrir um caminho para o futuro. Referir-se ao trabalho de elaboração significa encontrar meios de aceitar a perda do objeto amado, dando um novo sentido para as experiências de perda, separação e falta.

Pois bem, reafirmamos que o trabalho de luto pode livrar o Eu da clausura melancólica. Podemos encontrar aqui uma conexão entre o trabalho de memória e o trabalho de luto no sentido de manter vivo o fluxo das atividades psíquicas do Eu.

É tomando como base os textos *Recordar, Repetir e Elaborar e Luto e Melancolia*, que podemos retomar o tema do perdão no contexto em que Ricoeur e Freud se encontram por meio da ideia de que a saúde exige um trabalho de elaboração psíquica para ressignificar as situações traumáticas do passado.

O perdão, para Ricoeur, é o quiasma, o casamento, por assim dizer, entre o trabalho de memória e o trabalho de luto. Entendemos que existe, portanto, uma dupla afinidade de um para com outro. Vejamos, por um lado, o perdão é o contrário ao esquecimento de fuga; não se pode perdoar

o que foi esquecido. O que deve ser destruído é a dívida, não a memória. Entretanto, por outro lado, o perdão acompanha o esquecimento ativo, aquele que se liga ao trabalho de luto. É nesse encontro perfeito que ocorre, para o autor, a cura, ou seja, o perdão propriamente dito. Ricoeur explica que o perdão dirige-se não aos acontecimentos cujas marcas devem ser protegidas, mas a dívida cuja carga paralisa a memória e, por extensão, a capacidade de se projetar de forma criadora no porvir.

Vale ressaltar que, Ricoeur não quer dizer que o perdão resulta da simples soma do trabalho de memória e o trabalho de luto, mas, enfaticamente, diz que o mesmo é fruto do entrelaçamento entre esses dois trabalhos e que, essa aliança é, precisamente, dom. O perdão acrescenta aos dois trabalhos ainda a generosidade. É nesse cenário da generosidade que a graça do perdão se manifesta como geradora de saúde na medida em que se atribui um novo sentido à ofensa sofrida.

O sentido de perdão associado ao dom pode ser verificado na palavra que, na língua francesa se escreve *pardon*. O perdão se realiza por meio do dom, pois ele é a expressão de um ato gratuito de alguém que doa perdão sem exigir o pagamento de nenhuma dívida. Não se exige do outro qualquer tipo de restituição pelo perdão concedido. Eis a razão de se recorrer ao conceito de graça para se falar do perdão como um ato que se realiza sem qualquer expectativa de compensação. Estamos falando de uma ação que se dispensa qualquer recebimento em troca.

Porém Ricoeur (2012) adverte para o fato de que o tema do perdão extrapola a dimensão teológica. Diz ele que, em razão de sua generosidade, o perdão transita em diversas áreas do conhecimento, destacando-se a dimensão política. O autor recorre a Hannah Arendt que compreende o perdão como um ato que expressa também uma grandeza política. Nesse sentido, podemos vislumbrar o perdão como uma ação terapêutica não somente nas relações interpessoais, mas também nas convivências comunitárias.

Ricoeur insiste em dizer que, quando se perdoa, não se está esquecendo, mas eliminando-se uma dívida. Isso se confirma quando ele diz que “o perdão, em virtude da sua própria generosidade, se revela ser o cimento entre o trabalho de memória e o trabalho de luto” (RICOEUR, 2012, p. 8).

Com base nas discussões do Laboratório de Psicopatologia Fundamental LABORE do EPSI – Espaço Psicanalítico, o indivíduo psiquicamente saudável é aquele capaz de elaborar (metabolizar, simbolizar, traduzir) as impressões externas e internas ao organismo sem deixar um excesso de resíduos fora do processo de elaboração. Nesse sentido, compreendemos que a atitude de perdoar gera saúde. Isso pode ser constatado na medida em que o perdão é libertador, não permitindo que o Eu permaneça refém do sofrimento traumático do passado. Perdoar traz cura, pois a memória pode ser encarada não somente como uma ferramenta de guardar dados

mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re) significação, (re) criação dos acontecimentos do passado.

Perdoar, como resultado do trabalho psíquico de ressignificar, associa-se diretamente o ato de interpretar. É nesse contexto que a interpretação é perdão, abrindo uma nova janela para contemplar com outros olhos ou por outro ângulo. Acreditamos que é por esta razão que Kristeva (2015) afirma que a interpretação como perdão possibilita o renascimento psíquico, que é capaz de reconstituir o passado atribuindo-lhe um novo sentido.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: **ESB**, Rio de Janeiro: Imago, 1976a. Vol. XII.

_____. Luto e melancolia. In: **ESB**, Rio de Janeiro: Imago, 1976b. Vol. XIV.

KRISTEVA, Julia. **La Haine et le pardon**. Paris: Fayard, 2005.

LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Disponível em: http://www.luso-sofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Consultado em: 10 set. 2012.